

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM SURDEZ

ANDRADE, Aline Mary.¹

FERREIRA, Rosângela Aparecida Araújo.²

RESUMO

A pessoa com necessidades educacionais especiais sempre teve sua imagem associada à incapacidade, à limitação, à doença. Como indivíduos “invisíveis” na sociedade, ficaram à margem da utilização dos bens públicos. À partir da década de 1990 o movimento para inclusão social ganhou força e a Declaração de Salamanca deu diretrizes para o desenvolvimento, sabe-se, difícil, do processo de inclusão no Brasil e no mundo. A inclusão não deve pressupor que todos são iguais e nem promover o “armazenamento” de pessoas no ambiente público. A inclusão está em processo e demanda esforço coletivo, preocupação social e acima de tudo, uma educação voltada para a diversidade e para a superação de dificuldades. É necessário, acima de tudo, o preparo docente para o atendimento aos alunos com necessidades especiais. Sabe-se que qualquer intervenção educacional na vida desses alunos depende em muito do quando se inicia seu aprendizado. Aos alunos com surdez, uma forma que tem se mostrado eficiente de intervenção é a utilização de recursos tecnológicos e o acesso aos ambientes públicos. É necessário que haja disponibilidade de acesso a esses recursos – internet, programas especializados, etc. – e aos ambientes de utilização coletiva, que podem atender à um número cada vez maior de pessoas com surdez, para que estes possam ter maior autonomia e se sintam realmente inclusos na sociedade da informação. A revisão da literatura, através da pesquisa qualitativa aferiu a importância da acessibilidade para uma melhor qualidade de vida de pessoas com surdez.

Palavras – Chave

Acessibilidade. Educação. Inclusão. Recursos Tecnológicos.

1. Introdução

Nas discussões sobre a aprendizagem existem lacunas que precisam ser evidenciadas. São vários os caminhos a serem desbravados quando o assunto é a educação. Isso se torna muito mais complicado quando a educação é voltada para pessoas com necessidades especiais, como a educação de surdos. Embora atualmente se entenda que a educação de surdos deve privilegiar, primeiramente, a língua de sinais (LIBRAS), deve-se atentar que essa comunicação inicial deve servir de estímulo para que a criança desenvolva habilidades para a aquisição do conhecimento da língua oral, de como ela deve ser interpretada e compreendida (SKLIAR, 2005).

¹Aluna do Curso de Pós-Graduação em Libras das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – FIRA - 2017. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. Email – alynemary.inform@gmail.com

²Professora Orientadora do Curso de Pós-Graduação em Libras das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – FIRA – 2017. Email – roaferreira@hotmail.com

Para Skliar (2005), o ensino de Libras é o caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento dos alunos com surdez, por ser uma língua viva, que se constrói na interação das pessoas que se comunicam. Mas, na sociedade da informação, onde o mundo globalizado oferece oportunidades de reivindicação cidadã e participação ativa na sociedade, a acessibilidade aos recursos tecnológicos aparece como “emergência” para o processo de inclusão de pessoas com surdez (CLEMENTE, 2003).

Para Damázio (2005), a educação inclusiva, muito comentada na atualidade, carece de uma responsabilidade compartilhada, com metodologias e estratégias diferenciadas que garantam a autonomia e a criticidade das pessoas com surdez para que esta possa usufruir dos espaços e conhecimentos daquilo que é público e, por isso, através da revisão de literatura, este trabalho busca subsídios teóricos que aferem a importância dos recursos tecnológicos e da acessibilidade a esses recursos e aos espaços públicos para um melhor atendimento de pessoas surdas.

Também se vale da pesquisa qualitativa, no que se refere ao material pesquisado, para garantir maior rigor metodológico. Ao invés de somente estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações e é por isso que este trabalho se define por optar por este tipo de pesquisa. Por ser mais participativa e, portanto, menos controlável, podendo o executor de a pesquisa direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o objeto (SEVERINO, 2000).

2. Educação Inclusiva

A questão crucial, quando se trata de socialização no espaço escolar, está na concepção de educação adotada. Parte-se do entendimento de que a educação é uma prática social interessada na emancipação do sujeito, ou seja, no seu processo de humanização. Para Oliveira (1992), a socialização consiste em promover um espaço de interação para que o sujeito possa efetivamente desenvolver-se. Nesta perspectiva, todo o processo pedagógico concorrerá para o desenvolvimento do sujeito. Cada atividade, cada ato pedagógico concorrerá ou não para que o indivíduo elabore os saberes historicamente construídos, conforme suas necessidades e expectativas.

A educação inclusiva não deve propor que todos são iguais, mas que as diferenças entre os indivíduos devem ser respeitadas, cabendo aos educadores promoverem a socialização das diferenças e o reconhecimento das potencialidades de cada um (WERNECK, 1997).

A Declaração de Salamanca (UNESCO), criada em 1994, na Espanha, chama a atenção dos governantes para o atendimento das pessoas com deficiência na rede regular de ensino

quando institui que cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades (UNESCO, 1994).

Os professores, gestores, educadores e pais de alunos sem deficiência reagiram com temor à ideia de inclusão. O temor existente em relação aos estudantes com deficiência se explica pela história de invisibilidade de crianças e jovens desse grupo social no cenário educacional brasileiro. Essa reação se deve às representações que se fazem das crianças com necessidades educacionais especiais (SASSAKI, 1997). A resistência da sociedade se deve muito ao modelo médico da deficiência. Para o autor, essa resistência impede que as pessoas com deficiência possam buscar seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

A inclusão é um movimento social de grande repercussão e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação. Importante é se verificar que a escola é um canal de mudança, portanto a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, física ou mental, na rede regular de ensino, pode ser um começo para outras transformações não somente de pensamentos, mas também de atitudes (SALLES, 2004).

Para Werneck (1997), ao se propor uma educação inclusiva, pressupõe-se um olhar diferente para a educação. A escola passa a ser o lugar democrático, onde se compartilham o conhecimento e as experiências com o diferente e quem ganha com a inclusão são todos os cidadãos, pois, com o contato se aprende a respeitar todos, através do exercício da tolerância, os que durante muito tempo, estiveram excluídos. Não somente os que possuem deficiências visíveis, mas todos os excluídos e discriminados do processo de socialização.

No caso do estudo da educação de pessoas com surdez deve-se pensar e analisar não só as questões referentes aos seus limites e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. O entrave para se participar da educação escolar são, na grande maioria das vezes, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas (POKER, 2001).

2.1 Deficiência Auditiva e Surdez

Para Pinto (2004) a audição é muito importante para a vida dos indivíduos. É um dos sentidos responsáveis pela aquisição da fala e pelo reconhecimento de pessoas, objetos e animais que fazem parte do cotidiano das pessoas, devido à sua especialização em detectar

sons. A orelha (externa, média e interna) capta as vibrações do ar, ampliam e intensificam essas vibrações e transforma em estímulos elétricos que, em seguida, são enviados para o cérebro e interpretados.

Sem a audição a pessoa perde a estimulação da produção da voz, que traz a linguagem e o pensamento ativo. Há o empobrecimento dos sons comuns como a música, o canto dos pássaros ou a buzina de um carro (GREGORY,1995).

Ampudia (2011) diz que algumas pessoas, por má formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo, perdem a capacidade auditiva. A deficiência auditiva não acomete todos os indivíduos da mesma forma. O autor entende que a deficiência auditiva moderada é a incapacidade de ouvir sons com intensidade menor que 50 decibéis e costuma ser compensada com a ajuda de aparelhos e acompanhamento terapêutico.

Em graus mais avançados, como na perda auditiva severa (quando a pessoa não consegue ouvir sons abaixo dos 80 decibéis, em média) e profunda (quando não escuta sons emitidos com intensidade menor que 91 decibéis), aparelhos e órteses ajudam parcialmente, mas o aprendizado de Libras e da leitura orofacial, sempre que possível, é mais recomendado. Perdas auditivas acima desses níveis são consideradas casos de surdez total. Quanto mais agudo o grau de deficiência auditiva, maior a dificuldade de aquisição da língua oral. É importante lembrar que a perda da audição deve ser diagnosticada por um médico especialista ou por um fonoaudiólogo (AMPUDIA, 2011, p. 19).

De acordo com o MEC(2006), no Brasil é verificada a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda de audição.

Dessen e Brito (1997) elencam a caracterização da deficiência auditiva que constam dos principais manuais/artigos, com base na classificação do Bureau Internacional d'Audiophonologie-BIAP e da Portaria Interministerial N°. 186, de 10/03/78 (MEC/SEESP, 1995). Assim, tem-se o parcialmente surdo, que compreende a surdez leve, com perda de até quarenta decibéis, que impede que a pessoa perceba todos os fonemas, mas não impede a aquisição normal da linguagem; a surdez moderada, que compreende perda entre quarenta e setenta decibéis, produzindo atraso na linguagem e alterações articulatórias, gerando, em alguns casos, problemas linguísticos graves; na surdez severa, com perda entre setenta e noventa decibéis, o indivíduo apenas percebe sons fortes e conhecidos, fazendo com que a criança fique até quatro ou cinco anos de idade sem aprender falar; acima de noventa decibéis há a surdez profunda, que impede que o indivíduo perceba e identifique a voz humana e impossibilita a aquisição da linguagem oral.

Para Marchesi (1996) para que haja evolução linguística, é necessário que se esteja atento à idade da criança, já que quanto mais idade e experiência com o som e a linguagem

oral. Góes (1999) diz que a restrição de experiências de linguagem tem sido responsável pelos estereótipos sobre a pessoa surda, traços como pensamento concreto, elaboração conceitual rudimentar, baixa sociabilidade, rigidez, imaturidade emocional etc.

A diversidade de graus de surdez pede alternativas de acompanhamento e orientação de acordo com as condições individuais do deficiente. É importante, também, que a criança que apresentar os mais diversos graus de surdez leve deve ser atendida na rede regular de ensino, a que apresenta surdez moderada deve ser atendida na rede regular e, em horário oposto ao da escola, deve receber atendimento especializado; aquelas que apresentam surdez severa, sem linguagem ou com linguagem bastante reduzida, devem receber estimulação na educação infantil em clínica fonoaudiológica especializada ou classe especial, de forma individual ou em grupos de até oito alunos. É relevante salientar que todo atendimento deve estar condicionado às necessidades da criança (MEC/SEESP, 1995).

Ciccone (1990) diz que, para o atendimento com crianças com surdez, há a adoção de diferentes filosofias e metodologias educacionais: oralismo, bilinguismo e comunicação total e muitos estudiosos têm explorado e proposto técnicas e recursos diversos para o resgate do canal audiofonatório e os avanços tecnológicos e científicos têm permitido um ganho auditivo qualitativo.

Segundo Carvalho, (2004) surdez e problema se conectam de forma muito imediata. As dificuldades ligadas à falta de emprego resultam em um difícil acesso a informação adequada e aos processos de tomada de decisão, fazendo com que os alunos surdos e familiares procurem na escola apoio e auxílio. Há a necessidade do surgimento de novas teorias e perspectivas. De acordo com Salles (2004), a educação dos surdos não fracassou, ela apenas conseguiu os resultados previstos em função dos mecanismos e das relações de poderes e de saberes.

Sobre as formas de se evitar a surdez, há o uso de vacinas contra doenças infectocontagiosas em crianças e em suas mães, antes da adolescência para que durante a gravidez a mãe esteja protegida, exames pré-natais, palestras, orientações, como também se deve evitar o uso de grampos, palitos ou outro objeto pontiagudo para limpar os ouvidos, que possam machucar a audição (FASTER – CENTRO DE REFERÊNCIA, 2010).

Pinto (2004) diz que o grau, o tipo e a idade do acometimento da surdez vão determinar o tipo de atendimento que o surdo deve receber e, dependendo do tipo e da idade é possível reverter o processo auditivo e resgatar a fala e a escrita.

2.2 O Ensino de Libras

A LIBRAS é uma língua de modalidade visual-gestual que não se estabelece através do canal oral, mas através da visão e da utilização do espaço. É constituída de uma gramática que permite a utilização de sentidos metafóricos, ironias e outros significados que a torna imprescindível à comunicação de surdos. Sobre isto, SALLES (2004), menciona

A LIBRAS é adotada de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É adotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRA e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem em cidades do Brasil, portanto não é uma língua universal (SALLES, 2004, p. 32).

O contato com o docente, com o ambiente e com outras crianças auxilia o surdo na reconstrução da língua. Para que isso ocorra, há a necessidade também de um professor intérprete para que a educação dos surdos não seja fragmentada (SALLES, 2004).

Lúria (1986) reforça esse pensamento ao entender que os processos de desenvolvimento da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente tornando-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem os alunos com surdez adquirir linguagem aperfeiçoando esse potencial.

Quando uma criança surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais, ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante a dos ouvintes, diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não oral-auditiva. No entanto, a maioria das crianças surdas vem de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e por isso, é essencial a imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permite o desenvolvimento das funções cognitivas (LÚRIA, 1986, p. 112).

De acordo com Skliar (2005), fica clara pelo exposto a importância da escola. Ela é um lugar de aprendizagens, de diferenças e de trocas de conhecimento, onde o atendimento, dentro de uma política de educação inclusiva, deve ser estendido a todos sem exceção e garantir uma aprendizagem efetiva, socializante.

O favorecimento em se utilizar no ambiente escolar a LIBRAS atende a dois grupos: aos surdos, a possibilidade de ter um ensino apropriado na língua de sinais e no contato com seus colegas ouvintes e aos ouvintes, a possibilidade do contato com o diferente, que afasta toda discriminação (SALLES, 2004).

Sabe-se, portanto, que a preparação docente é a peça mestra de uma educação inclusiva. O professor estará relacionado aos alunos e deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades que gerem autonomia e amparo, quando necessário, às crianças surdas. Cabe à escola promover a socialização dessas crianças e isso só se dará se as pessoas tiverem acesso à informação e conhecimento necessário para a formação cidadã (SKLIAR, 2005). Segundo Dorziat (1998),

O aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez (DORZIAT, 1998).

Segundo GÓES (1999) a escola esta entre posições de direita e esquerda e que esta vem colaborando para diminuir as diferenças. Por um lado é vista como capaz de promover o uso da razão e da formação de alunos livres, e por outro, é vista como incompetente por não conseguir formar cidadãos e por estar produzindo divisões entre ricos e pobres. Para Clemente (2003),

No planejamento para as aulas em Libras, há que se fazer o estudo dos termos científicos do conteúdo a ser estudado, nessa língua. Cada termo é estudado, o que amplia e aprofunda o vocabulário. Na sequência, todos os professores selecionam e elaboram os recursos didáticos para o Atendimento Educacional Especializado em Libras e em Língua Portuguesa, respeitando as diferenças entre os alunos com surdez e os momentos didático-pedagógicos em que serão utilizados (CLEMENTE, 2003).

Para o autor, fica evidente que os alunos com surdez devem ser observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles.

A conscientização a partir do ambiente escolar é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, se devem ressaltar as diferenças, mas respeitar as diferenças. Uma educação especial não oferece um marco para discussões sobre a educação dos surdos, mas, é o espaço onde se possam exercitar táticas e estratégias significativas sobre uma educação realmente inclusiva (DAMÁZIO, 2005). Para Salles (2004),

Os processos para as crianças surdas são produzidos dentro de uma subclasse de educação chamada 'especial'. No caso da educação especial, significa algo adicional ao comum; na verdade é uma subdivisão ou uma porção que daí se limita. Pressuposições são feitas a partir de 'capacidade de absorção' de tais crianças marcadas, a respeito das possíveis limitações de seus potenciais cognitivos, ao invés

de questionar se 'canais de absorção' alternativos poderiam ser-lhes disponíveis. Ironicamente, todos os esforços de instrução e reabilitação focalizam-se, muitas vezes exclusivamente, do canal 'perdido' que falta como a única característica ao redor da qual todo o ensino deveria girar. Esta retração irônica pela educação especial produz um mundo limitado de aprendizado de interação social. Embora esta obsessão por ouvir possa ser traçada, a combinação da fala com a linguagem, o resultado imediato é uma opressão direta das crianças surdas e uma negação das identidades sociais que lhes podem estar disponíveis como adultos surdos (SALLES, 2004, p. 12).

Pela fala de Salles se entende que uma "educação especial" acaba por afastar da possibilidade de aprendizagem efetiva e de uma proposta educacional inclusiva. O autor fala da necessidade de construir um território mais significativo para a educação dos surdos, uma educação que faça parte da prática pedagógica da escola. Para Poker (2001),

As trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem. No entanto, existem posições contrárias à inclusão de alunos com surdez nas turmas comuns, em decorrência da compreensão das formas de representação da surdez como incapacidade ou das propostas pedagógicas desenvolvidas tradicionalmente para atendê-las que não consideram a diversidade lingüística (POKER, 2001).

Para Skliar (2005), o modelo excludente da Educação Especial está sendo substituído por outro, em nome da inclusão que não respeita a identidade surda, sua cultura, sua comunidade.

A importância de uma pedagogia globalizante é refletida na sociedade, visto que a falta de compreensão e de produção dos significados da língua oral e o analfabetismo gerados pela exclusão, impede o surdo, quando adulto de adentrar no ensino superior e se qualificar para o mercado de trabalho (POKER, 2001).

2.3 Acessibilidade

O processo de inclusão não está restrito ao ambiente escolar, ele atinge todos os segmentos da sociedade, fazendo com que haja a necessidade de pensar em elementos que visem viabilizar formas que potencialize a independência de pessoas com necessidades especiais no que diz respeito à comunicação, informação, colaboração, cooperação e acessibilidade de maneira geral àquilo que é público e/ou que as auxilie a viver dignamente e com autonomia (DIAS, 2003).

Neste contexto, as novas tecnologias têm surgido como aliadas no desenvolvimento de produtos, ambientes e serviços que atendam às pessoas com necessidades especiais, de todas as idades, habilidades e tamanhos. O Centro de Desenho Universal – CDU – (The Center for Universal Design) (2008), da Universidade Estadual da Carolina do Norte, EUA, estabeleceu sete princípios que norteiam a ideia de desenho universal.

De acordo com Carletto e Cambiaghi (2016) Desenho Universal faz referência à ideia de um traçado ou traços que geram acesso para o universo, universal, algo que privilegie toda a diversidade humana. Mais especificamente, a capacidade de transformar e democratizar a vida das pessoas em diversos e amplos aspectos, como infraestrutura urbana, prédios públicos, casas e até produtos de uso no dia-a-dia. Não só uma adaptação para deficientes, mas para todas as pessoas que vivem na sociedade.

Segundo Saci (2005), um dos princípios do CDU é o **uso equiparável**, que, a grosso modo, se refere à fabricação de produtos que permitem a utilização para pessoas com diferentes habilidades e capacidades; o **uso flexível**, quando o produto pode ser adaptado de acordo com a diversidade de habilidades e preferências; o manuseio do produto deve ser **simples e intuitivo**, de fácil compreensão, que para a utilização não necessite experiência; o princípio da **informação perceptível** revela as informações sobre a utilização do produto deve ser perceptível, com diferentes formas de apresentação; a segurança também deve ser garantida nos produtos, deve haver **tolerância ao erro**, minimizando ações involuntárias ou acidentais; Deve haver nos produtos com desenho universal **pouca exigência de esforço físico**, que minimizem ações repetitivas ou qualquer coisa que impossibilite o uso para portadores que qualquer deficiência; importante, também, que os produtos tenham **tamanho e espaço para acesso e uso adequados**, independente da estrutura corporal, postura ou mobilidade dos indivíduos.

Como é possível aferir, o conceito de desenho universal dos produtos garante a acessibilidade física e, também, a acessibilidade virtual, ao garantir a mobilidade e usabilidade de recursos computacionais (SACI, 2005). Dias (2003) salienta, porém, que quando se tratam de produtos, eles são mais ou menos acessíveis, visto que sempre pode haver alguém com uma combinação de deficiências que não permita utilizar determinado produto.

Especificamente sobre os deficientes auditivos, Carvalho (2004) relata que é um erro recorrente acreditar que todo brasileiro com surdez vá compreender textos em português. O autor diz que nem todos os surdos foram alfabetizados em português, portanto, recomenda que textos escritos sejam acompanhados com vídeos em Libras e/ou que tenham imagens autoexplicativas.

3. Considerações Finais

A maior dificuldade encontrada pelos surdos é a comunicação. Embora no Brasil haja a língua materna de surdos, que é a LIBRAS, sabe-se que não são muitas as pessoas que dominam esta língua. A incapacidade de comunicação faz com que os surdos se sintam estrangeiros em seu próprio país.